

Fernão Bracher anuncia que redução da taxa de risco começa a vigorar hoje

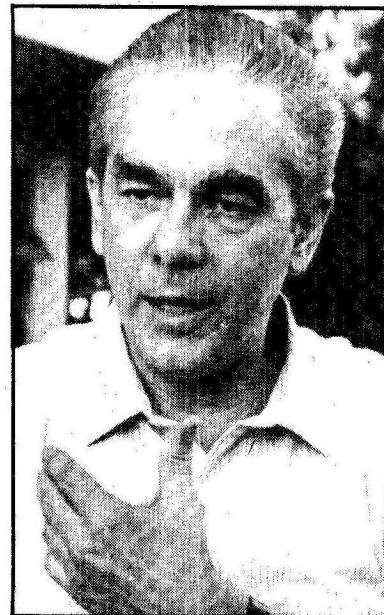
BRASÍLIA — O Brasil pagará taxas de risco (spread) mais baixas aos bancos credores da dívida externa a partir de hoje, embora os contratos relativos ao acordo firmado com o comitê de assessoramento, em Nova York, ainda não tenham sido negociados, o que ocorrerá até 15 de março.

Ao dar a informação ontem, depois de um descanso na chácara onde reside, em Brasília, o Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, observou que o fato da redução ser retroativa é uma exceção sem precedentes obtida pelo Brasil.

— Agora podemos pensar sossegados na economia interna e nos preparar para, daqui a um ano, retomar as negociações por um acordo de reescalonamento plurianual da dívida global — disse Fernão Bracher.

Ele se referia ao fato de o comitê de assessoramento da dívida brasileira ter concordado em prorrogar, por um ano, a partir de 15 de março, os créditos de curto prazo, no valor de US\$ 15,2 bilhões, que os bancos mantêm depositados em agências brasileiras no exterior. Os contratos venceram no dia 17, sexta-feira, e serão renegociados a partir da última semana deste mês.

Bracher disse que essa segunda fase será negociada pelo Diretor do Banco Central para assuntos da dívida, Antônio de Pádua Seixas, que chega hoje dos Estados Unidos e só voltará a Nova York dia 27.



Fernão Bracher voltou cansado mas otimista

Além de concordar com a redução do spread, o comitê de assessoramento aceitou unificar as taxas de juros cobradas ao Brasil em torno da libor (taxa interbancária do euro-mercado), eliminando os cálculos com base nas taxas de juros preferenciais do mercado norte-americano (prime-rate), que são superiores até em dois pontos percentuais à libor.

Considerando esse fato, Fernão Bracher calculou em mais de US\$ 140 milhões por ano a economia imediata com o pagamento de taxas.

Os US\$ 140 milhões correspondem à redução de um por cento nas taxas de spread apenas, calculadas em dois por cento, em média, sobre os vencimentos de US\$ 6 bilhões em 1985 e US\$ 8 bilhões em 1986. Sobre os US\$ 6 bilhões, os bancos farão um reescalonamento (novo empréstimo) de sete anos, com cinco de carência para início do pagamento efetivo. Os US\$ 8 bilhões de 1986 serão congelados no Banco Central, sem direito a reemprestimo (relending). Ambas as parcelas, segundo o Presidente do Banco Central, serão incluídas no acordo plurianual que deixou de ser feito no ano passado, devido aos problemas surgidos com o Fundo Monetário Internacional, que suspendeu o apoio ao programa de ajustamento interno da economia, em fevereiro.

O comunicado do comitê de assessoramento propondo aos 680 bancos credores do Brasil a aceitação dos termos do acordo já foi enviado. Segundo o Presidente do Banco Central, até aqui tudo ficou acertado em termos rigorosamente técnicos, uma vez que o comitê não tem procuração dos bancos para firmar os respectivos contratos.

Fernão Bracher chegou a Brasília ao meio-dia, descansando o resto da tarde. Antes de receber a imprensa, calçando sandália de couro e trajando calça de brim e camisa de manga curta, Bracher teve o cuidado de fazer a barba.